



O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM GOIÂNIA: UM ESTUDO DE CASO

Alessandra Matos Terra¹
Fernando Mascarenhas²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar as implicações da educação física escolar frente à revitalização das políticas de esporte escolar, em especial, o Programa Segundo Tempo (PST). Foram realizadas revisões bibliográficas; entrevistas semi-estruturadas e estudos de documentos. A revisão bibliográfica, pressupõe-se que a educação física está subordinada à política esportiva por meio do PST, com a escola assumindo os valores da instituição esportiva. Porém, tal pressuposto é refutado percebendo-se que na escola estudada quase não existem implicações do PST na educação física escolar. A relação é fundamentalmente em função da utilização e compartilhamento do mesmo espaço e na noção do esporte como redentor das mazelas sociais.

Palavras-chave: Esporte, Política Pública e Educação Física Escolar.

INTRODUÇÃO

De forma a contribuir para o debate das Políticas Públicas de Esporte no âmbito escolar, assim buscou-se realizar essa pesquisa, partindo do entendimento que as Políticas Públicas seriam mais que uma ação do Estado, como também um espaço de intervenção do cidadão e que a escola é um espaço privilegiado e constituinte na formação desse cidadão.

Tendo em vista a aproximação construída ao tema das Políticas Públicas de Esporte e o interesse investigativo pela Educação Física Escolar, construí-se uma mediação, trazendo a necessidade de compreender antes de tudo, os significados que cercam determinados conceitos e categorias como: Política Pública, cidadania, democracia e emancipação, a fim de poder localizar melhor qual é o papel da educação, do esporte escolar e da educação física frente a esse projeto de emancipação humana. De tal modo que uma aproximação a esses conceitos é fundamental, antes mesmo da construção e delimitação do problema investigativo.

Essa trajetória possibilitou uma aproximação a cada uma dessas categorias, que agora será a apresentar, o qual orientou o olhar sobre essa mediação entre Política Pública de Esporte e Educação Física Escolar. Inicialmente será apresentado passo a passo a compreensão com relação aos significados que cercam cada uma dessas categorias.

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás (2009). Aluna do programa de pós-graduação da Universidade de Brasília.

² Doutor em Educação Física pela Unicamp. Docente da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília.



No que cerca a Política Pública compreende-se que essa nomenclatura não se refere apenas ao Estado, mesmo sendo por ele promovida e regulada, mas que também pode ser controlada pelos cidadãos. De modo que o termo público está associado ao sentido “a coisa que é de todos”. Sendo assim a Política Pública expressa à conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que atinge a todos (LIÃO JUNIOR, 2003).

Essa esfera pública, lugar privilegiado da ação política é, portanto, um local da permanente construção da cidadania, uma cidadania ativa, ou seja, que remete a idéia de movimento nos quais homens e mulheres se mobilizam a partir de necessidades e carências. Através dessa participação tem-se o princípio democrático e uma dimensão educativa. (BENEVIDES, 1991 citado por LINHALES, 1999). Portanto, cidadania seria uma sociedade organizada com direitos e deveres majoritariamente reconhecidos e com a competência conquistada por todos os sujeitos, “[...] de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 2000. p.50).

Sendo a democracia um sistema sócio-político, que apresenta princípios associados ao reconhecimento de que os cidadãos são sujeitos possuidores de direitos sociais, no qual “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em conseqüência, no controle da vida social” (COUTINHO, 2000, p. 50). Com isso a sociedade usa o Estado sem se entregar a ele, tendo o ser humano sua emancipação.

Para FREITAS (1995) a emancipação do homem passa, também, pelo campo do saber historicamente acumulado, sendo esta uma contribuição da escola ao processo mais global de transformação de uma sociedade. A partir da compreensão do esporte como fenômeno histórico-sociocultural, tem-se a importância do esporte escolar para transformação da sociedade e a formação do indivíduo emancipado, através do ensino e aprendizagem desse esporte.

Tendo a educação o papel fundamental na mudança e inovação do ser humano, a educação física também faz parte desse processo de transformação sendo compreendida como:

“[...] uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.”(COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.50).

Dessa forma, pretendeu-se nessa pesquisa identificar a relação do Programa Segundo Tempo (PST) com a aula de educação física, na escola. Entendendo a aula, como uma prática social, participante no processo de formação do indivíduo e o PST como um programa de grande relevância no país, no âmbito da Política Pública de Esporte que está inserido no contexto da escola.

O intuito do referido programa é prover a democratização do acesso às práticas esportivas e contribuir para a construção da cidadania e melhoria na qualidade de vida das crianças e jovens matriculados na educação básica, que se encontra em condição de risco social conforme disposto na Política Nacional de Esporte³ (2005) significa exposição da

³ Documento produzido pelo Ministério do Esporte a partir das I Conferência Nacional do Esporte.



vida humana ao perigo constante. Por conseguinte a proposta indica como áreas prioritárias de atuação aquelas onde se verifica vulnerabilidade social.

Os princípios, propostos, que permeiam as atividades do PST são: a universalização das práticas, reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, garantia constitucional e democratização da gestão e da participação (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2009).

Esse programa consiste numa ação que faz parte da Política Pública de Esporte e Lazer idealizada pelo Ministério do Esporte (ME), que se materializa através de parcerias (convênios), com a finalidade de democratizar o acesso à prática esportiva e de lazer para crianças e adolescentes durante o contra-turno escolar.

Para maior compreensão é importante apresentar o recorte temporal e espacial dessa pesquisa, pois o estudo foi realizado sobre o desenvolvimento do PST no primeiro semestre de 2009 numa escola municipal da região Norte de Goiânia. Para tanto, a análise desse fenômeno buscou compreender a relação de uma Política de Esporte Escolar com as aulas de educação física. E para que conseguisse alcançar os objetivos dessa pesquisa foi necessário um estudo sobre fatos que haviam sido desenvolvidos sobre o objeto de pesquisa.

Essa pesquisa foi realizado na cidade de Goiânia por ser o local onde resido e que existe um convênio do PST com o ME. A seleção da escola municipal da região Norte de Goiânia para ser o *locus* de pesquisa se deu a partir de uma conversa com uma das coordenadoras pedagógicas do PST, realizada no primeiro semestre de 2009, pontuando que essa escola era um núcleo modelo em Goiânia, pois o programa estava sendo desenvolvido com êxito. Além disso, obtenção do aceite por parte da gestora da escola permitindo que a pesquisa fosse desenvolvida na escola e conjuntamente a liberação da Secretaria Municipal de Educação.

Neste estudo procurou-se pesquisar as relações que permeiam o encontro das Políticas Públicas de Esporte e Lazer com a escola, seus objetivos, suas contradições, suas influências e seu papel nas aulas de educação física. Buscando assim responder quais as implicações para educação física escolar frente à revitalização das Políticas de Esporte Escolar, numa escola municipal da região Norte de Goiânia observada.

Assim o objetivo da pesquisa foi analisar em que medida as Políticas de esporte escolar influencia a educação física. De forma a avaliar como a escola e a educação física são envolvidas na implementação dos programas de esporte escolar; identificar em que medida os gestores e educadores envolvidos com os programas de esporte escolar, dialogam com a realidade da educação física e da escola; e observar qual o impacto da implementação do esporte escolar sobre os conteúdos e seu trato pedagógico nas aulas de educação física.

Inicialmente teve-se como pressuposto a idéia, que existia uma subordinação das aulas de educação física através do PST a uma política esportiva, em que a escola assumisse os valores da instituição esportiva, mesmo sendo esse programa classificado como esporte educacional. No entanto, esse pressuposto não se materializa na realidade da escola estudada.

METODOLOGIA



Esta pesquisa é caracterizada como estudo de caso de caráter qualitativo, pois se propôs a estudar os impactos e implicações de um *lócus* específico, que nessa pesquisa foi uma escola da rede municipal de Goiânia onde o PST acontece, pois este é considerado o programa de esporte escolar de maior abrangência/ relevância do Ministério do Esporte.

Neste estudo foi utilizada a técnica de triangulação de dados descrita por TRIVINOS (2006), que procura abranger a máxima amplitude do fenômeno estudado, considerando os processos e produtos centrados no sujeito, que foram captados através de pesquisa de campo. Tal pesquisa envolveu a realização de entrevistas semi-estruturada⁴ junto aos seguintes sujeitos: a gestora da escola, a professora de educação física, a coordenadora pedagógica do programa (responsável pela região Norte de Goiânia onde está localizada a escola pesquisada), coordenadora de núcleo e dois monitores PST.

O segundo enfoque foi nos elementos produzidos pelo meio (a escola, a SEMEL e o ME) nesta pesquisa: manual com diretrizes e orientações do Programa Segundo Tempo, documento com os fundamentos pedagógicos para o programa Segundo Tempo, Política Nacional do Esporte, Projeto Básico do Programa Segundo Tempo de Goiânia, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola observada, planos de aula da professora de educação física e dos monitores do programa, documento orientador para construção do Planejamento Pedagógico do núcleo do programa dentre outros.

Outro elemento a ser considerado pela técnica em questão são os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual o sujeito está inserido, o modo de produção, as forças e relações de produção, a propriedade dos meios de produção e as classes sociais. Para tanto, busquei dados do contexto das Políticas Públicas de Esporte e da escola em nível da sociedade geral, como dados históricos, estatísticos de acesso ao esporte, pesquisas desenvolvidas na área de educação, das políticas públicas, do esporte, que colaboraram e auxiliaram na compreensão do contexto social desta manifestação. Estes aspectos foram levantados, principalmente, pela pesquisa bibliográfica que me acompanhou durante toda a pesquisa.

O tratamento dos dados coletados se deu a partir de classificações e do método de análise de conteúdo (FRANCO, 2005), que compreende pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial dos dados orientada por categorias – que foram levantadas na coleta de dados – que serviram de parâmetro para o processo de seleção, classificação, organização, conexão e sistematização dos dados.

Contudo, no intuito de responder a questão levantada nessa pesquisa, realizou-se a sistematização do estudo procurando recuperar o problema originário de pesquisa, descrevendo fontes utilizadas para a investigação, classificação e síntese da análise de conteúdo construída, e apresentação das reflexões e conclusões, isso de forma diluída por todo o texto.

O CENÁRIO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Para se falar das Políticas de Esporte Escolar precisa-se retornar ao marco de sua revitalização, Pós-Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. A participação do Brasil foi considerada um fracasso, ficando em 52^a posição com a conquista de 12 medalhas, sendo

⁴ Todos os entrevistados de alguma forma fizeram parte do fenômeno pesquisado, seja através do programa ou da escola.



seis de prata e seis de bronze, tendo uma piora em relação à conquista das 15 medalhas olímpicas (três de ouro, três de prata e nove de bronze) em Atlanta⁵.

O reconhecimento dessa participação olímpica, como fracasso, ocorreu mesmo após o surgimento de um novo discurso ao final das competições que:

[...] passa a querer convencer que, numa disputa esportiva, o importante é competir e não, vencer, que certas medalhas de pratas diante da crise social econômica atual do país e, conseqüentemente do esporte brasileiro, significavam verdadeiras conquistas de primeiros lugares (SOUZA JÚNIOR, 2006, p.129).

Esse fracasso, de acordo com Almeida e Bracht (2003, p.92), suscitou em vários questionamentos por parte da sociedade brasileira, acerca das causas de tão fraca participação nos Jogos de Sydney, desencadeando o movimento “pró” educação física, que reafirma as aulas de educação física nas escolas brasileiras. O poder público tenta responder tais questionamentos, por considerar-se responsável por ações ligadas ao setor esportivo. Com isso, respaldado pelo sistema esportivo e pelo Conselho Federal de Educação Física (Confed) tem-se a criação do Programa Esporte na Escola e a autorização da revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respectivamente por esses dois segmentos da sociedade.

O sentimento de responsabilidade do poder público em relação ao esporte faz com que, Athayde (2009, p.38) ressalta que:

Em 2001, a Câmara Setorial de Esporte, composta por representantes da sociedade esportiva brasileira, definiu os pontos fundamentais para **revitalização do esporte escolar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Partindo do conjunto dessas proposições, esta mesma Câmara “sugeriu criação de um Programa Nacional de Esporte Escolar, cabendo ao então Ministério do Esporte e Turismo lançar oficialmente o Programa Esporte na Escola”. (BRASIL, TCU, 2006, p. 22).

Este programa teve por objetivo oferecer possibilidade para que crianças e jovens se tornassem atletas do futuro. A pretensão do Programa Esporte na Escola seria de obter a revelação de novos talentos esportivos brasileiros, proporcionar melhoria na qualidade de vida e na saúde da população e auxiliar no combate às drogas, à violência e na formação social dos indivíduos. (Esporte na Escola, 2002, p.3, apud ALMEIDA & BRACHT, 2003, p. 93).

Ao se analisar os objetivos do Programa Esporte na Escola pode-se observar que, segundo Souza Júnior (2006), dois marcos são apontados: os Jogos Olímpicos de Sydney, já elucidada, e a derrota do Brasil na Copa do Mundo de 1998, além de outros fatos históricos, fazem com que:

[...] a Educação Física Escolar passa a ser mote, o foco para o desenvolvimento de talentos esportivos nacionais, na tentativa de formar os futuros campeões olímpicos. [...] absolutamente submissa aos códigos

⁵ Os dados com relação a classificação do Brasil nas Olimpíadas foram acessados em 19 de outubro de 2009 e estão disponíveis no site: http://www.portalbrasil.net/esportes_olimpiadas_brasil_medalhas.htm.



da Instituição Esportiva, na qual a padronização técnica dos gestos esportivos, a exigência de rendimento atlético e outros elementos passaram a definir os conteúdos deste componente curricular na escola de educação básica na época (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 130).

Como afirma Linhales (1997, p.229), o setor esportivo possui um potencial para geração de símbolos interativos, que assinalam o uso esporte pelo Estado “sempre que lhe for necessário um tipo de estratégia capaz de promover unidade social e propaganda de governo”. Assim nota-se que o Esporte Escolar foi e continua sendo uma estratégia de propaganda de governo, primeiramente no governo Fernando Henrique, com o Programa Esporte na Escola e, posteriormente, e que permanece até hoje, no governo Lula numa relação de continuidade-descontinuidade nas políticas de Esporte Escolar com a criação do Programa Segundo Tempo.

O PST é um programa estratégico do Governo Federal e do Ministério do Esporte, tem oficialmente como objetivo, democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover “o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (BRASIL, p.8, 2009b).

Com isso, tem-se que os princípios a serem trabalhados no PST são: reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado; universalização e inclusão social; e democratização da gestão e a participação.

O PST tem como seu público-alvo: crianças e jovens matriculados na educação básica, e que estão expostos a riscos sociais. Segundo a Política Nacional de Esporte (2005), estar exposto a riscos sociais significa exposição da vida humana ao perigo constante. Perigos esses como prostituição, violência e o uso de drogas. Desse modo esses sujeitos são atendidos durante o contra-turno escolar.

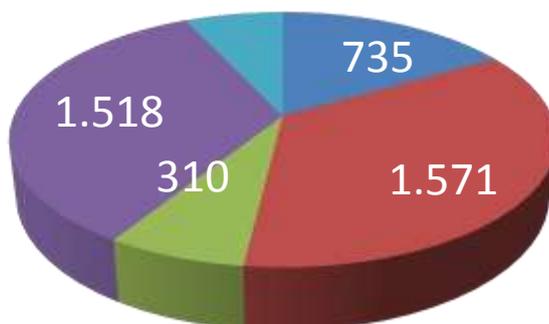
O desenvolvimento do PST ocorre por meio de parcerias do ME com entidades e órgãos da administração pública direta ou indireta - órgãos como União, Distrito Federal, Estados, Municípios - de quaisquer esferas de governo bem como com instituições privadas sem fins lucrativos. Em última instância a execução do programa se dá via dos Núcleos de Esporte Educacional (NEE), que podem ser constituídos em espaços escolares ou comunitários, públicos ou privados que tenham as mínimas condições para o desenvolvimento do programa e que de preferência sejam em locais próximos as crianças que são atendidas pelo programa.

O programa foi lançado em 2003, atendendo aproximadamente 3.000.000 crianças e jovens desde a data do seu lançamento até hoje (ano de 2009). Atualmente o PST atende um total de 811.280 crianças e jovens, distribuído pelas regiões do país (BRASIL, 2009a).



DISTRIBUIÇÃO DOS NÚCLEOS NO BRASIL

- Região Sul
- Região Sudeste
- Região Centro Oeste
- Região Nordeste
- Região Norte



A realização do PST no período de 2003 a outubro de 2009 despendeu do orçamento do Ministério do Esporte o valor de R\$ 519.724.540,05 através dos convênios firmados. Dentre esses convênios firmados por todo o país (BRASIL, 2009a) temos a Prefeitura Municipal de Goiânia, que firma seu convênio com o ME, no qual se formaram cinquenta e um núcleos no ano de 2009, dos quais foram estabelecidos vinte e três em Escolas municipais e os demais distribuídos em entidades como Centro de Referência de Assistência Social, Unidade Municipal de Assistência Social, Núcleo de Educação Comunitária, ginásios, clubes e espaços comunitários onde se desenvolve projetos assistenciais.

E seria através dessa proposta e com essa estrutura que o convênio foi firmado no Município de Goiânia com o ME buscando que o programa se concretizasse pela gestão compartilhada da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL), cabendo a segunda a execução do programa (GOIÂNIA, 2007, p.5).

CONCEPÇÕES, OBJETIVOS E A “MISSÃO” SALVACIONISTA

Inicialmente identifica-se que quando o PST chegou a Goiânia, com aporte financeiro vindo do ME, ele se sobrepôs, no plano da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a um programa de iniciação esportiva que já existia. A entrada do programa na escola não foi muito diferente, o PST também entra na escola se sobrepondo a outros programas que já existiam no bairro onde a escola se localiza. Percebe-se que não existe



muito critério na implementação do núcleo do programa na escola estudada, ocorrendo uma sobreposição de projetos sociais.

Não há um projeto organizado por parte do PST com intuito de impactar a cidade, ou uma determinada comunidade, no que diz respeito à formação de atletas, ou seja, a levar o esporte para o interior da escola de uma forma mais sistematizada nessa perspectiva de esportivização das aulas de educação física. Ao contrário, o que vai balizar a implementação do PST em uma escola ou outra escola, seriam os índices de vulnerabilidade, que é o que consta no projeto. No entanto, mais uma vez existe um problema, o PST ainda não está bem organizado de forma a dar conta da tarefa de minimizar as condições de vulnerabilidade social numa dada comunidade. Visto que existe uma aparente desorganização no que se refere aos critérios de implantação do PST, visto que nessa comunidade já existem outros programas (PETI e Arte Educação) e mais de um núcleo do próprio programa.

Entende-se que não é um enquadramento conceitual do PST, denominando-o de esporte educacional, que confere de fato um caráter educacional, até porque muitos sujeitos envolvidos com o programa estão obliterados por uma visão de esporte alicerçada no paradigma do esporte de rendimento. Tem-se que os sujeitos apresentaram concepções de esporte educacional e educação física escolar, subordinados a diferentes eixos. Por exemplo, esporte como: um meio de socialização e de ajudar no relacionamento entre os alunos; formação de talentos esportivos; diferente do esporte de rendimento; meio para se ensinar valores escolares; e lado lúdico da educação. E apresentaram a educação física enquanto: um meio para se obter um resultado específico e assim não reconhece sua especificidade; local para refletir como se ter saúde; responsável por desenvolver o corpo e auxiliar no desenvolvimento físico dos alunos; um espaço pedagógico que se trabalha com o esporte como também com a dança, o jogo e a ginástica.

Ainda que a concepção da competitividade esteja presente, ao que parece pelas falas dos envolvidos, o objetivo não é a formação de atletas, mas sim garantir a participação e a inclusão, afirmando a presença do esporte como redentor das mazelas sociais. O que reflete um processo de mitificação do esporte que se relaciona num contexto mais amplo de atribuir ao esporte esse papel de tirar das drogas, da violência e da prostituição. Percebe-se que isso não é uma fala consciente dos atores, mas que é por eles incorporada e agem pensando que vão conseguir fazer tudo isso pelo esporte.

É nessa perspectiva então que o PST vai se apresentar como enquanto um “produto” de grande atratividade e visibilidade. Um “produto” no que diz respeito à visibilidade do partido responsável pela pasta ministerial, na qual o programa está inserido. Esse trabalho de *marketing* e de *outdoorização*⁶ contribui para a fetichização do esporte sob essa idéia de que o esporte salva, ou seja, a “missão” salvacionista do esporte

Nota-se que os objetivos e o planejamento do programa caminham distanciados da avaliação, no qual não se tem instrumentos capazes de avaliar se os objetivos estão sendo alcançados e paralelamente se o planejamento condiz com os objetivos almejados. Sendo que os instrumentos não permitem identificar se de fato o programa está conseguindo tirar as crianças do estágio de vulnerabilidade social.

O PST entra na escola sem criar um espaço de discussões coletivas entre a escola e o programa, para que de fato a escola seja reconhecida para além de um espaço

⁶ Para maior compreensão desse termo, ver Athayde (2009).



físico em potencial para ser utilizado pelo PST. Não havendo esse diálogo e nem o acesso ao PPP da escola, o programa desconhece os princípios de formação dessa escola. Outra hipótese é a de que, por não ocorrer esse diálogo, não há, portanto, esse processo de esportivização das aulas de educação física, como se tinha como pressuposto inicial. Todavia isso muito mais pela desorganização na implantação do próprio programa, pelos limites no processo de formação dos seus agentes - que muitas vezes desconhecem os objetivos/ propósitos do programa e que possuem uma concepção de esporte e de educação física atrelado a esse processo de mitificação - do que aquilo que está dado no próprio projeto do PST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se como pergunta inicial/ originária da pesquisa compreender qual a implicação do PST nas aulas de educação física numa escola municipal de Goiânia. Isso se faz necessário diante do pressuposto, construído a partir da revisão de literatura, que esse programa contribui para a esportivização das aulas de educação física. Portanto o objetivo dessa pesquisa também consistia em avaliar em que medida há de fato a esportivização das aulas de educação física, enquanto uma consequência da implantação do Segundo Tempo na escola.

Na escola estudada quase não existem implicações do PST na educação física escolar. A relação entre PST e educação física se dá fundamentalmente em função da utilização e compartilhamento do mesmo espaço no interior da escola. Em alguns momentos essa utilização ocorre simultaneamente, onde a quadra é dividida para que o programa e as aulas de educação física aconteçam. Até que ponto essa “concorrência” do PST para com as aulas de educação física escolar não traz prejuízos? O porquê investir num segundo tempo da educação, sendo que o primeiro tempo de um modo geral está precário (falta de formação continuada, professores mal remunerados, espaço físico das escolas depredado, escassez de material didático)?

Outra implicação do PST dentro do espaço escolar é que pauta no interior da escola essa noção do esporte como redentor das mazelas sociais, estando presente nas concepções de esporte apresentados pelos sujeitos pesquisados. Reforçando assim no interior da escola uma determinada concepção/visão de esporte ligada à visão salvacionista e filantrópica, de forma que o esporte não é garantido enquanto um direito social, mas como um “remédio” para os problemas sociais.

Enfim, nesse contexto de sentidos e significados dados ao esporte enquanto uma política pública, essa pesquisa instigou mais inquietações com relação a fatores que fizeram parte do processo de criação de tais políticas. Dessa forma possibilitando estudos futuros para tentar adquirir tal compreensão, no contexto atual, sobre esse fenômeno esportivo que circunscreve a sociedade, como por exemplo, o país sendo a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Se com o fracasso nos Jogos Olímpicos (Sydney 2000) o Estado passou a responsabilizar a educação física escolar por um dito “não desempenho” do país, como será até o ano de 2016 com o Brasil sendo sede dos Jogos Olímpicos? Devem-se transformar os alunos em atletas em potenciais para o futuro? Qual o papel da educação e das políticas públicas de esporte frente ao Pré-Jogos Olímpicos?



Contudo, deve-se refletir acerca do que poderá se tornar a educação física escolar e quais as implicações no contexto da mesma poderão ocorrer com a realização dos Jogos Olímpicos. Eis um desafio importante para a produção do conhecimento da Educação Física Escolar, tal qual das Políticas Públicas de Esporte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Quintão de; BRACHT, Valter. A Política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas-SP, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: Conceitos, Gestão e Efeitos**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Cenário Atual do Programa Segundo Tempo**. Coordenação Geral de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do Programa Segundo Tempo. Brasília, out. 2009a.

_____. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo: Diretrizes e Orientações**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/segundotempo>. Acessado em: 31 de abril de 2009b.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1988.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2º edição: Líber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas. SP: Papyrus, 1995.

GOIÂNIA. **Programa Segundo Tempo 2008: Projeto Básico**. Goiânia: 2007.

IBIAPINO, Carlos César. **Sem verba da prefeitura, Projeto Draulas Vaz agoniza em Goiânia**. Jornal O Popular, Goiânia, 14 ago. 2009. Caderno de esporte, p. 21.



CONCOCE / CONDICE 2010
IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte
I Congresso Distrital de Ciências do Esporte
22 a 25 de setembro de 2010 - Brasília, DF
ISSN 2178-485X



LIÃO JUNIOR, Roberto. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas-SP, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

LINHALES, Meily Assbú. **Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política**. In: Licere, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 19-30, 1999.

_____. Políticas Públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: Eustáquia Salvadora de Sousa; Tarcísio Mauro Vago. (Org.). **Trilhas e Partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Editora Cultura, 1997.

SOUZA, Marcílio Júnior. A educação física no currículo escolar e o esporte: (im) possibilidade de remediar o recente fracasso esportivo brasileiro. In: LORENZINI, Ana Rita; TAVARES, Marcelo(org). **Prática pedagógica e formação profissional na educação física: reencontros com caminhos interdisciplinares**. Recife: Edupe, 2006.

TRIVINOS, Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.